

**EXMO. DR. CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA DA 2ª CÂMARA DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.**

Processo: 1.088.751

Natureza: Edital de Licitação - Denúncia

Ofício n. 18.292/2021 – Secretaria da 2ª Câmara

Órgão/Entidade: Fundação Hospitalar do Município de Varginha – FHOMUV

Autoridade Competente da época: Maria Aparecida Tana Gonçalves

MARIA APARECIDA TANA GONÇALVES, brasileira, casada, residente e domiciliada em Varginha/MG, nomeada como Diretora Geral Hospitalar da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA-FHOMUV, através da Portaria n. 15.957/2019, pelo período de janeiro/2019 até dezembro/2020, vem respeitosamente a V. Exa, apresentar **DEFESA** pelos fatos contidos no Ofício n. 18.292/2021, pelo que segue:

Trata-se o presente expediente de denúncia formulada pelo Advogado Gustavo da Silva Dosualdo – OABSP 354.852, representando a empresa **SINDPLUS ADMINISTRADORA DE CARTÕES SERVIÇOS DE CADASTRO E COBRANÇA – EIRELE** em face do Edital de Licitação n. 035/2020 – Pregão Presencial n. 034/2020, cujo objeto é a **"Contratação de Serviços Especializados na Administração e Gerenciamento de Fornecimento de Documento de Legitimação: Cartões eletrônicos/magnéticos com chip de segurança (vale alimentação)"**, para atendimento às necessidades da Fundação, mediante as condições estabelecidas no Edital (Cláusula Segunda).

Primeiramente, oportuno mencionar que o objetivo da denunciada é promover a contratação de particular tendo como garantia a execução contínua, adequada e legal do objeto contratual. Todavia, é cediço que este tipo de contratação é complexa, pois, em regra, enfrenta-se uma situação em que há interesses contrapostos entre a contratada e a contratante, sendo que a primeira visa ao lucro, ao passo que a segunda almeja a boa e integral execução do contrato.

Esclarecemos, ainda, que no processo licitatório todas as empresas participantes têm, obrigatoriamente, que atender as condições e exigências contidas no edital, o qual foi publicado com antecedência, obedecendo o disposto no inc. V, do art. 4º da Lei n. 10.520/02. Assim, no dia 16/04/2020, foi publicado o aviso de redesignação da Licitação, tanto no Diário Oficial do Município, como nos jornais de grande circulação "Minas Gerais" e "Hoje em Dia", sendo que a abertura da Sessão Pública ocorreu em data de 04/05/2020. Portanto, no caso de



haver qualquer dúvida os licitantes poderiam ter solicitado esclarecimentos ou havendo discordância com qualquer exigência editalícia, poderia impugnar o edital no prazo legal.

O edital foi elaborado em estrita observância a legislação, visando o atendimento das necessidades da instituição, não incorrendo em nenhum vício, inclusive as exigências técnicas nele constante, foram elaboradas de acordo com o projeto básico, o qual foi enviado para orçamento, às empresas do ramo do objeto licitado, para o qual pelo menos três empresas forneceram orçamento, não havendo nenhum apontamento quanto às suas condições.

Assim, considerando que a fase interna de cotação é a melhor medida para avaliar se as características do objeto desejado estão corretamente descritas e estão dentro da realidade dos serviços prestados no mercado, este Edital seguiu as condições de prestação de serviços para o qual obteve retorno positivo, de forma a não consignar exigências que não poderiam ser atendidas por no mínimo três empresas.

As exigências editalícias não pressupõe direcionamento e sim, capacidade de atender integralmente o objeto da presente licitação com presteza e mais uma vez, visando a segurança na contratação pela Administração/denunciada. Participaram do certame n. 035/2020, 06 (seis) empresas, sendo que CONVÊNIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA, cumpriu integralmente as exigências editalícias e **ofertou o melhor preço. Ressalta-se que a própria empresa denunciante participou do certame, inclusive na fase lances e restando classificada em 2º lugar, declarando estar de acordo com todos os termos e condições estabelecidas pelo edital conforme declaração (ANEXO V) do presente edital (fl. 299).**

Entretanto, insurgiu a denunciante alegando “*ilegalidade na exigência de fornecimento de crédito – Qualificação técnica item “C” e Ilegalidade da exigência de comprovação de 1000 (mil) estabelecimentos credenciados a nível nacional*”, do edital n. 035/2020. Com todo respeito ao entendimento deste E. Tribunal, porém, a denunciada não concorda com as supostas ilegalidades editalícias apontadas, pois as exigências são pertinentes e atende a necessidade da Administração Pública, especialmente porque envolve direito de natureza alimentar dos servidores públicos municipais.

Aliás, a interpretação jurídica por parte da denunciada está totalmente equivocada pois a Instituição/denunciada contratou os serviços especializados para administração, gerenciamento e fornecimento de cartão magnético de vale-alimentação para todos os servidores da FHOMUV, mediante pagamento até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços (Cláusula 18) e, conseqüentemente NÃO há qualquer irregularidade neste tipo de contratação.



O edital de licitação n. 035/2020 é explícito no objeto da contratação especializada e a empresa denunciante está dando interpretação totalmente diferente, com o intuito de macular a imagem da denunciada e confundir este E. Tribunal, pois em momento algum a FHOMUV exigiu que a empresa contratada custeasse unilateralmente com suas responsabilidades financeiras e sociais e, antes mesmo de vencer o certame a denunciante já estava questionando a modalidade de repasse, folha de pagamento, crédito e transferências financeiras de forma desnecessária, haja vista que o edital é claro e evidencia as obrigações contratuais das partes distintamente, sendo contratada (Cláusulas 3ª, 5ª e 19) e contratante (Cláusulas 18 e 20).

Ora, todo o mecanismo operacional objeto da Licitação n. 035/2020 estava descrito no edital e bastava uma simples leitura para o entendimento da execução dos serviços, ou seja, a empresa contratada presta os serviços especializados e em contrapartida a FHOMUV efetua o pagamento mediante transferência bancária conforme consta na Cláusula 18. A Administração Pública denunciada NÃO estava transferindo suas responsabilidades legais para a empresa contratada e, muito menos exigindo que atuem como "financeiras", pois tal fato é vedado em nosso ordenamento jurídico.

O edital n. 035/2020 Pregão Presencial n. 034/2020, em suas cláusulas 3ª e 19ª, descreveu exatamente o tipo de serviço a ser contratado e executado, não havendo nenhuma irregularidade editalícia a ser sanada.

Seguidamente, em relação a exigência editalícia de "*comprovação fornecimento de no mínimo 500 (quinhentos) créditos e de 1000 estabelecimentos a nível nacional*", esta está compatível com a necessidade da Administração Pública. Assim, constou expressamente no edital (Cláusula 3, item 3.1) o quantitativo que a empresa contratada deveria disponibilizar aos servidores, 470 créditos de R\$ 400,00 e 170 créditos de R\$ 270,00. Logo, a empresa participante do certame deveria comprovar sua capacidade de fornecer no mínimo 500 créditos, demonstrando incontestavelmente que seria capaz de atender a necessidade da denunciada e, conseqüentemente, não há que se falar em ilegalidade da exigência.

Também, a denunciada fez constar no edital 035/2020, a obrigatoriedade de comprovação de 1000 (mil) estabelecimentos a Nível Nacional, sendo esta uma cautela jurídica a fim de evitar prejuízos financeiros aos nossos servidores públicos, aos comerciantes locais e a própria Administração Pública/denunciada. Além disso, no Brasil há 27 (vinte e sete) Estados, mais o Distrito Federal e 5.570 (cinco mil, quinhentos e setenta) município, portanto, a exigência de 1000 (mil) estabelecimentos é para comprovar EXPERIÊNCIA e, ao nosso entender é um quantitativo irrisório e, **não prejudicou a competitividade, tanto tiveram 06 (seis) empresas interessadas, inclusive a denunciante que se classificou em 2º lugar**. Fato incontroverso!

A FHOMUV/denunciada para garantir a execução contratual do serviço



imprescindível para os servidores públicos, especialmente **porque trata-se de benefício alimentar fundamental para sobrevivência**, precisava, legalmente, se amparar em meios capazes de comprovar o mínimo de eficiência para a continuidade dos mencionados serviços especializados e, ao nosso entender, a exigência técnica é fundamental e não configura irregularidade, muito menos viola a Lei 8.666/93.

Ademais, consta na Constituição Federal, art. 37, XXI, que somente poderão ser exigidas qualificações técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações. Portanto, as exigências editalícias estão compatíveis e não restringem a competitividade alegada pela denunciante.

Destacamos que o processo licitatório 035/2020 instaurado, tramitou regularmente, foi finalizado em data de 20/05/2020, sendo firmado Contrato n. 050/2020 com a vencedora CONVÊNIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA..

Outrossim, considerando que a presente licitação teve o objetivo de contratar empresa capaz de atender às necessidades da denunciada, resguardando o fornecimento do vale-alimentação aos seus servidores públicos municipais, bem como de evitar prejuízos financeiros aos comerciantes locais, estabeleceu critérios de acordo com a legislação vigente e, conseqüentemente para garantir a adequada contratação. Assim, ao contrário das alegações infundadas da denunciante a FHOMUV/denunciada logrou êxito no que concerne a “economia” para o erário, eis que obteve o melhor preço entre as empresas participantes do certame.

Neste seguimento, esclarecemos que a proposta financeira mais vantajosa para a denunciada poderá ser constatada através do documento de fl. 14 do processo licitatório n. 035/2020. De acordo com o referido documento a última contratação foi efetivada com o percentual de **-2,80%**, na pesquisa de preços obteve-se a **média** percentual de **-1,2%** e no processo licitatório nº 035/2020, a contratação foi ao percentual de -6,5%.

Portanto não há que se falar em falta de competitividade e muito menos prejuízo financeiro ao erário, pois no montante total da contratação ao valor de **R\$ 233.900,00 (duzentos e trinta e três mil e novecentos reais)**, representou uma economia aos cofres públicos de **R\$8.654,30 oito mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta centavos) / mensal.**

Vejamos: $R\$233.900,00 \times (-2,80\%) = R\$6.549,20$

$R\$233.900,00 \times (-6,5\%) = R\$15.203,50$

$R\$15.203,50 - R\$6.549,20 = R\$8.654,30$

Lado outro, o contrato n. 050/2020 vigorou adequadamente pelo período de **maio de 2020 a fevereiro de 2021**, quando sem qualquer justificativa os servidores públicos municipais passaram a ser impedidos de utilizarem o cartão de alimentação, pois a empresa contratada não estava cumprindo com suas obrigações perante os comerciantes, ou seja, a Administração Pública Indireta /denunciada efetuavam o repasse dos valores e a empresa quedava-se inerte e não efetuava os pagamentos aos comerciantes. Sobre a questão foram realizadas inúmeras reuniões visando sanar a pendência operacional, porém, sem êxito.

Desse modo, apesar de todo resguardo e cautela adotada pela denunciada,



especialmente no que concerne a exigência contida na Cláusula 8ª, item 8.8.3, alínea "b" do edital n. 035/2020, de comprovação de 1000 (mil) estabelecimentos a Nível Nacional e a economia ao erário, a contratação não foi eficiente, pois causou prejuízo aos servidores da instituição e ao comércio local durante a sua execução ensejando na RESCISÃO CONTRATUAL, conforme consta nos documentos de fls. 577 a 596, contendo a publicação realizada no Órgão Oficial do Município de Varginha, Edição nº1334, datada de 11 de março de 2021, página 29/30:

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 050/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FHOMUV - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA E CONVÊNIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA.

CONTRATANTE

FHOMUV - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade à Rua Presidente Tancredo Neves, nº. 500 - Bom Pastor, CEP.: 37.014.460, inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 19.110.162/0001-00, neste ato representada por sua Diretora-geral Hospitalar, Sra. Rosana de Paiva Silva Moraes, portadora do CPF nº: 740.038.286-15 e Identidade nº: MG 4.313.123 – SSP/MG.

CONTRATADA

CONVÊNIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA, estabelecida na cidade de Pirassununga/SP, à Rua General Osório, nº. 569 – Sala 02 - B: Centro, CEP 13.630-020, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.656.963/0001-50, neste ato representado pelo Sr. Marco Antônio Engler, brasileiro, casado, empresário, portador(a) da RG nº. 18.563.058-3 SSP/SP e CPF/MF nº. 057.310.558-82. As partes acima especificadas celebram o presente TERMO DE RESCISÃO, referente ao contrato administrativo nº 050/2020, cujo vencimento se daria em 20/05/2021, com amparo no art. 79, inciso II da Lei 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto e da rescisão

O presente Termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato Administrativo nº 050/2020, oriundo da Licitação nº. 035/2020 – Pregão Presencial nº. 034/2020, cujo objeto principal da presente licitação é a "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO: CARTÕES ELETRÔNICOS/MAGNÉTICOS COM CHIP DE SEGURANÇA (VALE ALIMENTAÇÃO)".

A rescisão se dará a contar da presente data, se efetivando a partir de sua publicação no Órgão Oficial do Município de Varginha, conforme dispõe o art. 79, inciso II da Lei 8.666/93 c/c com as demais disposições contidas no processo de dispensa e Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Das razões

O contrato administrativo nº 050/2020, será rescindido de comum acordo entre as partes, devido ao pedido, com a justificativa empresarial protocolado pela contratada e anexado ao processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Rescisão

Fica rescindido o contrato em epígrafe, firmado entre a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA – FHOMUV e a empresa CONVÊNIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA, ficando ambas as partes isentas de qualquer ônus e vínculo em relação a direitos e obrigações inerentes ao contrato nº. 050/2020, objeto do Edital de Licitação nº. 034/2020 – Pregão Presencial nº. 035/2020.

CLÁUSULA QUARTA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Varginha, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente

Contrato, dispensados os demais, por mais privilegiados que sejam ou possam vir a ser. E assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento de Rescisão Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo também assinadas, para todos os efeitos legais e de direito.

Varginha/MG, 22 de fevereiro de 2021

Rosana de Paiva Silva Moraes
Fundação Hospitalar do Município de Varginha
Marco Antônio Engler
Convênios Card Administradora E Editora Ltda

TESTEMUNHAS

1) Contratada

Assinatura: _____
Nome: _____
CPF: _____

2) Contratante

Assinatura: _____
Nome: _____
CPF: _____

Na realidade, apesar de a empresa contratada ter atendido as exigências legais do edital n. 035/2020, no que concerne a comprovação de sua capacidade técnica e experiência no ramo, bem como ter proporcionado economia ao erário, ainda sim não conseguiu garantir a

adequada prestação dos serviços especializados para a denunciada. É certo que se no edital n. 035/2020 não tivesse sido exigido o atestado de fornecimento no mínimo de 500 (quinhentos) créditos (Cláusula 8.8.3 – letra C) e de comprovação de 1000 (mil) estabelecimentos credenciados a nível nacional (Cláusula 8.8.3 – Letra B), o prejuízo a Administração Pública/denunciada e seus respectivos servidores poderia em proporções maiores e talvez irreversíveis.

Diante da situação fática, informamos ao I. Conselheiro deste E. Tribunal que o contrato n. 050/2020 firmado com a empresa CONVÊNIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA. foi rescindido em data de 22 de fevereiro de 2021 em razão do descumprimento das cláusulas contratuais e, conseqüentemente o Processo Licitatório n. 035/2020 foi devidamente arquivado.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pelo conjunto probatório colacionado aos autos e pelas razões e fundamentação contida nesta defesa, *com todo respeito*, a Instituição Hospitalar denunciada entende que não houve irregularidade no edital n. 035/2020, eis que as exigências são pertinentes por envolver direito alimentar dos servidores públicos municipais, bem como ocorreu a rescisão do contrato n. 050/2020, estando o processo licitatório devidamente arquivado, inexistindo indício ou prova da prática de atos capazes de caracterizar improbidade administrativa por parte da Diretora Geral Administrativa, requer e espera desta C. Corte seja **decretado a extinção e o respectivo arquivamento do presente processo**, como medida de inteira e salutar Justiça!

Termos em que,
P. Deferimento.

Varginha, 11 de novembro de 2021.



MARIA APARECIDA TANA GONÇALVES

Ex. Diretora Geral Hospitalar e subscritora do edital

Fundação Hospitalar do Município de Varginha – FHOMUV